

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, CUIDADOS E CAPITALISMO: UM DEBATE A PARTIR DO FILME “ENTRE NÓS”

SEXUAL DIVISION OF LABOR, CARING, AND CAPITALISM: A DEBATE FROM THE MOVIE “ENTRE NÓS”

Mariana Tavares PEDI^{ID}
Cássia Maria CARLOTO^{ID}

Resumo: A esfera doméstico-familiar e de cuidados sempre esteve designada às mulheres, as atividades dessa esfera são invisibilizadas e, a sua importância para o espólio do trabalho não assalariado pelo capital, pouco valorizada. Partimos do pressuposto de que o cuidado é definido como uma atividade primordial de mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho, que não só explica a base material da opressão das mulheres, mas também como essa opressão e esse trabalho invisível de cuidados são elementos-chave do sistema de exploração e dominação na formação social capitalista. Para conduzir o debate ao longo do texto, partimos do fio condutor da história de Mariana, uma mulher real, retratada no filme “Entre Nós”. A partir de sua história trazemos o debate sobre gênero, divisão sexual do trabalho e cuidados.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Trabalho doméstico. Trabalho de cuidados.

Abstract: The domestic and familiar and caring sphere has always been assigned to women and the activities of this sphere have remained unseen and little valued in their importance for the spoliation of non-paid labor by capital. We begin with the assumption that caring is defined as a primordial women’s activity, based on the sexual division of labor, which not only explains the basis of women’s oppression, but also how this oppression and this invisible labor of caring is one of the key elements of exploitation and domination system, in the social formation of capitalism. To guide the debate throughout the text, we use, as a support, Mariana’s story, a real woman, portrayed in the movie “Entre Nós”. From its history, we will bring the debate about gender, sexual division of labor and caring, focusing on androcentrism in capitalism.

Keywords: Sexual division of labor. Domestic labor. Caring labor.

Submetido em 23/06/2020.

Aceito em 14/04/2021.

*Formada em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2015), Pós-graduada em Direito Constitucional pelo Instituto Nacional de Direito Constitucional e Cidadania (2016). Foi Assistente na 29ª Promotoria de Justiça de Londrina (MPPR), com atribuições no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e crimes contra criança e adolescente. Rua Luís Lercio, 355, apto 604-1. CEP 86047-610, Londrina/PR. E-mail: mariana_pedi@hotmail.com

**Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente nas áreas de Graduação e Pós-Graduação no curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Líder do grupo de pesquisa- Gênero, Família, Política Social. Rua João Wyclif, 420, apto 1703. CEP 86050-450, Londrina/PR. E-mail: cmcarloto@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

Mãos habilidosas cortam vegetais, sovam a massa, modelam empanadas e as põem para fritar – tudo em ordem, simétrico, harmônico, quase como uma sinfonia que, tal qual o ritmo da música latina ouvida ao fundo, só alguém com grande habilidade na cozinha poderia orquestrar. Mas esse não é um filme sobre culinária. Quando a câmera se afasta, a primeira cena do filme “Entre Nós” dá claras evidências do que se propõe a discutir: pode-se ver a personagem central do filme, Mariana, servindo iguarias à mesa em que seu esposo acha-se sentado, tomando tragos de *aguardiente*, jogando baralho e, assim, divertindo-se com um casal de amigos.

Não, não é à toa que tenha cabido à mulher a função de preparar o jantar, embora assim possa parecer dada à naturalidade com que ela cozinha. Mas essa naturalidade não advém do mero prazer, o que fica claro quando Mariana, ao tentar interagir com os convidados, toma um trago da bebida e acaba por derrubar um copo. A expressão no rosto dela deixa transparecer seu descontentamento, e é, então, imediatamente, repreendida pelo marido – “*Cuidado con el trago, que ya estás como que borrachita ya. Dos traguitos y ya estás fuera de control. Por qué no vuleves a tus empanaditas que es mejor, que?*”¹.

O filme “Entre Nós”, uma produção colombiana de 2009, dirigido por Gloria La Morte e Paola Mendoza, mostra a comovente luta de uma mulher para sobreviver com seus filhos em um país que não é o seu de origem. A protagonista, Mariana, acabou de deixar a Colômbia com seus dois filhos ainda crianças e o esposo em busca de uma vida melhor em Nova York. Mas, antes mesmo de a família criar raízes naquela cidade, o esposo anuncia que se mudará sozinho para Miami em busca de um emprego melhor. Sim, ele o anuncia, pois a opinião de Mariana sequer foi considerada nessa decisão. O fato é que, alguns dias depois, o esposo para de atender ligações, de enviar dinheiro à família e manda, por um conhecido, o recado de que não retornará.

A partir daí, o filme mostra a batalha de Mariana pela vida: a dificuldade de conciliar a busca por trabalho e as tarefas da maternidade; as dificuldades para comunicar-se numa língua que não é a sua; a perda da casa e a vida nas ruas; descobrir-se grávida e não ter outra escolha senão realizar um aborto caseiro. Se fosse uma história de ficção, o filme já serviria como marco reflexivo sobre as dificuldades encontradas pela mulher para viver dignamente. Essa, porém, é uma história real. Paola Mendoza, que interpreta a personagem principal, é, inclusive, filha de Mariana, a mulher que, verdadeiramente, lutou essa batalha.

A produção cinematográfica serve, assim, como vetor reflexivo sobre a mulher moderna. Nos últimos anos, muito se tem falado em papéis de gênero e avançado na desconstrução dessa fórmula. Muitas já sabem que o ser mulher é, na verdade, uma criação social, segundo a qual mulheres usam rosa, são donas de casa e mães perfeitas, enquanto homens usam azul e nasceram para a vida pública. Mesmo assim, ainda que esse debate esteja vivo nas universidades, nos movimentos feministas e nas redes sociais; ainda que

¹ Tradução livre: cuidado com a bebida, porque você já aparenta estar bem bêbada. Dois tragos e já está fora de controle. Por que você não volta para suas empanadas, que é melhor.

mulheres tenham logrado se inserir no mercado de trabalho e receber melhor escolarização, ainda há muitas repetindo histórias como a de Mariana.

Nesse texto, pretendemos, tendo como fio condutor a história de Mariana, uma mulher real, discutir a divisão sexual do trabalho e as atividades de cuidados engendradas pela sociedade capitalista.

1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CUIDADOS

Abordar o tema gênero e divisão sexual do trabalho não é tarefa nova, tampouco é tarefa fácil. Muito já foi discutido e produzido no campo das ciências sociais. Em um primeiro momento, causa alguma controvérsia nomear, dentro das ciências sociais, essa classe de relações que coloca homens e mulheres em posições hierarquicamente distintas: relações sociais de gênero, relações sociais de sexo ou patriarcado?

Entre todos esses nomes, o termo gênero é, sem dúvida, o mais conhecido e empregado no Brasil, dentro e fora da academia, na militância, na prática jurídica especializada e mesmo no senso comum. Guacira Lopes Louro, atenta à popularidade do termo, descreve sentidos nele contidos, sem, contudo, negar sua validade ou possibilidade de utilização. Louro afirma que gênero não significa uma mera mudança de rótulo em relação a sexo, mas contempla a construção social como sujeito prático. Ao mesmo tempo, alerta que esse caráter social não pode obscurecer o fato de que a dominação também se inflige sobre o corpo dominado e assevera que há uma estreita e contínua imbricação do social e do biológico, e nessa concepção de gênero provavelmente deve-se supor tal imbricação. A autora também propõe desconstruir o sistema binário sexo/gênero, tanto porque, nessa lógica, um polo, para se diferir do outro, depende dele, contendo-o em certa medida, e porque transmite a falsa ideia de que entre dois polos distintos cada um deles é idêntico a si mesmo (LOURO, 1996, p. 11).

Embora reconheça que gênero não possa ser compreendido num sentido restrito, ou seja, como uma aprendizagem de papéis masculinos ou femininos, Louro (idem), afirma que ele é constituído e desconstituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. A autora compreende que, por detrás da ideia de que mulheres são destinadas ao trabalho doméstico e de cuidados e homens, à vida pública, há mais do que um ideário coletivo, senão uma estrutura complexa e articulada que assim o determina.

Noutro giro, revisitando os trabalhos da feminista francesa Danièle Kergoat, observa-se o emprego da terminologia relações sociais de sexo, uma opção nada aleatória, mormente quando a autora deixa claras suas preocupações conceituais em articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades. Traçando um paralelo com os termos franceses *rapport* e *relation*, ressalta a necessidade de empregar um conceito que dê conta, não de uma relação qualquer entre indivíduos, senão de uma tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais que têm interesses contraditórios. Para ela, esse debate não é somente de ordem epistemológica, é também de ordem política.

A autora desvela seu viés materialista histórico ao colocar a divisão sexual do trabalho como base essencial das relações sociais, em que as mulheres se ocupariam da vida privada e os homens, da vida pública. Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: princípio da separação, em que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e princípio de hierarquização, em que um trabalho de homem vale ‘mais’ do que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2000, p. 56).

Retomando o filme “Entre Nós” como elemento inspirador, a separação e a hierarquização pontuadas por Kergoat são muito bem simbolizadas quando o marido de Mariana decide se mudar e assumir um emprego em outra cidade, deixando-a, a despeito de sua discordância e descontentamento, em casa, para a dedicação exclusiva aos cuidados do lar e dos filhos. Segundo Kergoat, a divisão sexual do trabalho não é um desdobramento da atribuição de papéis sociais, senão a verdadeira essência dessa gestão inconciliável de poder.

Outra pensadora brasileira, Heleieth Saffioti, também trilhando o caminho da explicação de conceitos centrais do feminismo, desenvolve trabalho de grande profundidade no que toca ao descortinamento da dominação-exploração de mulheres por sua base material. Ela compreende a validade do conceito de gênero, mas somente em numa dimensão adjetiva das relações estabelecidas entre os sexos; considera-o, porém, insuficiente, incapaz de designar essa “*máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase que automaticamente*”, colocando mulheres em posição de subalternidade, por vezes, sem sequer a presença de um homem (SAFFIOTI, 2004, p. 101). A autora defende a ideia de que gênero não é somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica. Para a autora, gênero está distante, numa dimensão qualitativa e histórica em relação ao patriarcado. A terminologia capaz de expressar as bases econômicas do sistema, responsáveis por tornar os interesses de homens e mulheres não somente distintos, mas antagônicos, inconciliáveis, é patriarcado.

A incursão de Saffioti pelo passado (2004, p. 104) merece bastante atenção, pois desvela quão arcaicas são as desigualdades entre homens e mulheres, como foram se dinamizando, integrando uma trama complexa, não meramente característica de nossa sociedade, mas que lhe é fundante, e que superá-las só será possível mediante transformações radicais.

Aludindo aos trabalhos de Gerda Lerner (1986), Saffioti aterrissa no mais antigo que se já conseguiu chegar em termos de análise dos lugares ocupados pela mulher na história: as sociedades de caça e coleta. Estudando aquele momento da civilização, não se logrou descobrir nenhuma sociedade estritamente matriarcal, a saber, uma gestão política na qual as mulheres detivessem e controlassem o poder em prol da categoria mulheres e em desfavor dos homens. O que se pôde encontrar foram grupos em que mulheres desfrutavam um *status* mais alto, isso, porém, beirando o místico e o sagrado, pela relação mantida entre a mãe e a prole: “[...] não é possível esquecer que, sob condições primitivas, antes da emergência de instituições da sociedade dita civilizada, a unidade mãe-filho era absolutamente fundamental para a perpetuação do grupo” (SAFFIOTI, 2004, p. 120).

Para Saffioti, as relações estabelecidas entre homens e mulheres, desde o sedentarismo, são, inegavelmente, relações de gênero. Há, porém, um ponto da história da humanidade crucial para o redimensionamento e o aprofundamento da exploração-dominação de mulheres; um momento que causou uma grande mudança nas estruturas política, social e econômica que recebeu o nome de revolução: a revolução industrial. Saffioti vai introduzir nesse contexto o debate sobre gênero e classe a partir do capitalismo:

Evidentemente, estas duas categorias têm histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade há cerca de 250-300 mil anos e, sendo as classes sociais propriamente um fenômeno inextrincavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial desse modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial (SAFFIOTI, 2004, p. 120).

Essa nova ordem potencializou o ideário androcêntrico, valendo-se da divisão sexual do trabalho como um de seus pilares fundantes e, assim, reforçando o ideário burguês de que as mulheres deveriam permanecer em casa, encarregando-se das tarefas de cuidados, e que os homens deveriam se ocupar da vida pública, da produção de bens e serviços em troca de dinheiro. Essa realidade nunca foi comum às mulheres da classe trabalhadora. Muitas delas sempre trabalharam, principalmente, em trabalhos precários, informais e mal pagos. As mulheres e as crianças vão ser os primeiros a serem empregados nas indústrias têxteis da Inglaterra.

Se o espaço de tempo entre as jornadas de trabalho era contabilizado como descanso necessário à reconstituição da força laboral, como era possível conciliá-lo com o preparo de alimentos, limpeza da casa, lavagem de roupas? Como era possível descansar e, ao mesmo tempo, dispensar atenção às crianças e a seus processos educativos, aos idosos que já não tinham condições físicas e mentais de se cuidarem?

Relembrando o filme “Entre Nós”, ao esposo de Mariana só foi possível trabalhar, porquanto ela havia se encarregado das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças. Em verdade, a melhor pergunta que se pode fazer neste contexto é: Quem fazia esse trabalho enquanto homens descansavam? As mulheres, de forma gratuita. Nesse sentido, Cristina Bengoa comenta:

A acumulação capitalista seria, então, um processo contínuo de despossessão do trabalho doméstico, no sentido da apropriação que o capital realiza do referido trabalho para sua reprodução, e que varia em intensidade segundo o momento socioeconômico – porém, sempre gerando pobreza e sofrimento humano (BENGOA, 2018, p. 42).

A teoria marxista deixou claro como o capital constitui seu domínio por meio do trabalho assalariado, mas não demonstrou como ele se constitui por meio do trabalho não remunerado, este realizado por mulheres no interior de suas casas. Conforme aborda Maria Bethânia Ávila (2007, p. 43), “*todo trabalho investido no cuidado, na produção da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar está fora da conta que configura a mais valia e, conseqüentemente, que mede o grau de acumulação na exploração capitalista*”.

Essa ocultação foi profícua ao patriarcado, em primeiro lugar, por esconder importantes raízes do sistema. A ligação do trabalho doméstico-familiar e de cuidados com a exploração capitalista deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não assalariado pelo capital, por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de renda, do tempo de trabalho de acordo com o gênero, com diferentes consequências na vida de mulheres e homens.

Em segundo lugar, cria-se uma aparência de neutralidade a esse aspecto marginal do sistema, o que, corroborado pelo cientificismo, leva à conclusão de que as mulheres têm um dom natural para o trabalho doméstico e de cuidados e para a vida privada. Fomenta-se, pois, a já apontada formulação de papéis de gênero, segundo a qual, a produção e a reprodução da vida só podem ficar a cargo de mulheres, uma vez que:

Na esfera masculina, é onde tem lugar a transcendência do ser humano através de sua incidência sobre o controle da natureza. Transformando o mundo, produzindo conhecimentos científicos, invadindo territórios e protegendo-os das invasões, ordenando através de atividades políticas a sociedade em que habita, é como o gênero masculino contribui para a produção da existência humana (IZQUIERDO, 1990, p. 4).

Em terceiro lugar, a invisibilidade, já se entrelaçando com essa ideia de que há funções naturais dos seres humanos segundo seu sexo biológico, garante a hegemonia androcêntrica. Collete Guillaumin, de forma bastante ácida, mas esclarecedora, alude ao discurso incorporado pelo patriarcado como justificativa para a dominação masculina:

Se as mulheres são dominadas, é porque elas “não são semelhantes”, é porque elas são diferentes, delicadas, bonitas, intuitivas, não razoáveis, maternas, é porque não têm músculos, porque não têm temperamento organizador, porque são um pouco fúteis e porque não veem nada além do próprio nariz. E tudo isso acontece porque elas têm o cérebro menor, o impulso nervoso mais lento, hormônios diferentes que causam instabilidades, porque pesam menos, têm menos ácido úrico e mais gordura, porque correm mais devagar e dormem mais. Porque elas têm dois cromossomos X, as burras, em vez de terem um X e um Y – que é a maneira interessante de ter cromossomos (GUILLAUMIN, 2014, p. 79).

Por fim, em quarto lugar, a ocultação do valor das tarefas domésticas e de cuidados fez parecer, por muito tempo, que esse não era um assunto a ser tratado em âmbito público, esvaziando-se, assim, seu sentido político. Se as funções realizadas por mulheres eram desdobramento da aptidão natural que tinham para as tarefas domésticas, sequer mereciam ser nomeadas como trabalho e tratadas como tal. “Sabemos que o que não aparece nem é discutido no terreno da política se deve ao fato de que as relações heteropatriarcais foram relegadas a um conflito familiar, a algo a ser resolvido no espaço do lar” (BENGOA, 2018, p. 40).

A economia feminista sustenta que o trabalho de cuidado² é imprescindível para a sustentação e a reprodução do sistema econômico e social capitalista. O conceito de economia do cuidado refere-se ao

² Neste artigo trabalhamos com a concepção de cuidados de Amaia Orozco. Los cuidados serían esas actividades residuales a las de mercado: aquellas actividades imprescindibles para arregalar los desaguisados provocados por la lógica de acumulación y/o cubrir los espacios que los mercados dejan vacíos por no ser rentables; actividades que se caracterizan por estar sometidas a la ética reaccionaria, por hacerse de forma

trabalho que nutre as pessoas e os elementos físicos e simbólicos que requerem para viver em sociedade e que gera ou contribui para gerar valor econômico (RODRÍGUEZ-ENRÍQUEZ, 2013, p. 133).

Para autoras como Cristina Carrasco (2003, p. 19), historicamente os sistemas socioeconômicos têm dependido da esfera doméstica e têm mantido uma determinada estrutura familiar que lhes permita garantir a oferta de força de trabalho por meio do trabalho das mulheres. Em particular naqueles grupos da população de baixos recursos econômicos, a dependência do sistema econômico tem significado uma verdadeira exploração da unidade doméstica. Pichio (1999) comenta os aspectos econômicos e relacionais do trabalho familiar doméstico absolutamente necessários para que o mercado e a produção capitalista possam funcionar: o cuidado da vida em sua vertente mais subjetiva de afetos e relações, o papel da segurança social do lar, a gestão e a relação com as instituições.

2. A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO

Nos anos 1960 e 1970, uma série de manifestações irrompeu no cenário mundial – o movimento *hippie*, organizações estudantis, protestos contra a Guerra do Vietnã, movimentos de resistência contra as Ditaduras Militares na América Latina. Especialmente na França e nos Estados Unidos, as mulheres militando nas ruas e na academia, protestando por igualdade de direitos, engendraram o que se convencionou chamar de segunda onda do feminismo. Como a história é dinâmica, naquele momento histórico, a estrutura capitalista, muito embora não tenha se desprendido dos caracteres que permitiram entendê-la como patriarcal, já não era a mesma do contexto da Revolução Industrial.

Àquela época, os Estados, especialmente aqueles integrantes da ODCE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), implementaram uma governança dirigista, calcada em investimentos estruturais, fomento à indústria, em políticas de tributação distributiva, entre outras provisões sociais. Mesmo os Estados do Sul Global, então ditos “de terceiro mundo”, buscavam implementar sua infraestrutura e construir uma economia nacional, em que importações fossem substituídas por indústrias (FRASER, 2009, p. 15).

A professora norte-americana Nancy Fraser, em sua obra “O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História”, resgata importantes contribuições do feminismo de 2ª Geração e aponta quatro características do “Capitalismo Organizado pelo Estado” (como chamou a estrutura político-econômico então vigente) que levaram ao despertar das mulheres: economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo (2009, p. 16/17).

O economicismo correspondia ao fato de que o Estado, embora erguesse a bandeira da inclusão social, fazia isso no interesse do capital, num viés exclusivamente classista de distribuição econômica,

oculta, desde una noción multidimensional de la invisibilidad entendida como subaturnidad y sustracción de la capacidad para cuestionar el conjunto del sistema que se contraponen a la plena visibilidad de los mercados y su lógica heteropatriarcal de acumulación (OROZCO, 2014, p. 92).

indiferente a outras formas de subordinação social. O androcentrismo equivalia à persistente marginalização do trabalho doméstico e de cuidados feminino e institucionalização da figura do homem chefe do lar, especialmente acentuada ante uma política do salário-família, segundo a qual o homem deveria receber um salário principal, capaz de suprir, por si só, as necessidades de todo o núcleo familiar. O estatismo devia-se ao fato de que, mesmo no bojo de políticas públicas, cidadãos não eram tratados como tal, como seres humanos e políticos, senão como consumidores, num caráter extremamente tecnicista. O westfalianismo, por fim, correspondia ao fato de que não havia um senso político global, mas apenas uma justiça partilhada entre concidadãos (FRASER, 2009, p. 16/17).

Com efeito, importantes teorizações das ciências sociais foram formuladas pelo movimento feminista³ das décadas de 1960 e 1970, a partir da reflexão sobre e da luta contra esses aspectos da realidade político-econômica, dentre os quais, neste ponto do trabalho, incumbe ressaltar dois: a crítica ao economicismo e ao androcentrismo.

Reagindo ao economicismo, feministas perceberam que, tão verdadeiras quanto as subordinações causadas pela sociedade classista, profundamente entrelaçada com desigualdades de gênero, eram também aquelas oriundas do racismo. Percebeu-se que anos de escravidão não eram indiferentes à realidade de mulheres negras ante as dificuldades, os conflitos e preconceitos que sofriam, precisamente em razão de sua origem étnica. A sociedade escravagista transmitiu à cultura humana o pensamento de que raças distintas da caucasiana eram piores.

Como não mencionar, neste contexto, os trabalhos da ativista, feminista, marxista, filósofa e negra Angela Davis, que, iniciando sua trajetória nos anos 1960, tornou-se o rosto da esquerda e ícone da luta pelos direitos civis. Nascida em Birmingham, Alabama, no antigo sul escravagista dos Estados Unidos, cresceu num bairro em que a Ku Klux Klan tinha como hábito perseguir, espancar e matar os negros que cruzassem seu caminho. Enquanto militante e acadêmica, Davis pôs-se a denunciar e combater opressões de classe, de gênero e, partindo de um lugar de fala que outras feministas de origem branca não compartilhavam, de raça.

Em sua obra *Gênero, Raça e Classe*, a autora traz diversos relatos sobre a escravidão e seus impactos, transmitindo a ideia de que qualquer pretensão válida de mudança radical das estruturas sociais deverá ter, como uma de suas principais pautas, a questão étnico-racial. Veja-se, por exemplo, esta apresentação que Davis faz dos Estados Unidos após a abolição, indicativa de um conflito social que somente pessoas negras, precisamente por serem negras, passaram, como se carregassem a escravidão na pele:

Como resultado da emancipação, uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado indefinido de servidão por dívida. [...] Por meio do sistema de contratação de pessoas encarceradas, a população negra era forçada a representar os mesmos papéis que a escravidão havia-lhes atribuído. Homens e mulheres eram igualmente vítimas de

³ Não há uma homogeneidade no movimento feminista em termos de direção teórica e política. Estamos aqui comentando o que prevaleceu no debate geral e no ativismo.

detenções e prisões sob os menores pretextos – para que fossem cedidos pelas autoridades como mão de obra carcerária (DAVIS, 2016, p. 237).

As múltiplas opressões denunciadas por Angela Davis, e por outras tantas feministas de 2ª geração, não deveriam ser encaradas de forma hierarquizada, nem individualizada. Aos moldes do que Heleieth Saffioti chamou de nó (2004), Danièle Kergoat chamou de dinâmica da consubstancialidade (1996) e Kimberlé Crenshaw nomeou interseccionalidade (2002). O que o feminismo formulou, naquele e em momentos posteriores, é a tese de que as opressões, mesmo possuindo diferentes naturezas, se entrelaçam e se moldam mutuamente, criando uma vulnerabilidade muito mais complexa do que a simples soma desses fatores. Não caberia, portanto, na resolução dessas demandas sociais, compreendê-las isoladamente, senão encontrando pontos de intersecção e abordagens multifocais.

Para exemplificar, segundo a inspiração deste trabalho, o filme “Entre nós” descortina todas as opressões sofridas por Mariana, em razão de sua condição feminina: a relegação à condição de “dona de casa”, a desconsideração de sua opinião pelo marido quanto ao futuro da família, as dificuldades para, num só passo, cuidar dos filhos e encontrar um trabalho. Todos esses percalços, porém, tomaram uma dimensão maior, considerando tratar-se de uma colombiana em terras estadunidenses: o falar uma língua distinta, o não reconhecimento de cidadania, a não recepção de sua cultura pelos nativos, todos os fatores frutos de sua condição étnica fizeram sua trajetória mais difícil.

As formulações conceituais das estudiosas mencionadas não correspondem a uma mera divergência semântica, trazem, por trás, diferentes aportes e construções científicas na análise do que seja o fenômeno em sua dimensão qualitativa. Não obstante, como o principal objeto deste trabalho não é o entrelaçamento de opressões (optou-se por pontuá-lo, eis que indispensável na formulação de um projeto equitativo de nação), alude-se, por ora, ao conceito de interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw, por entender que a analogia utilizada pela autora em sua explicação é esclarecedora:

[...] faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. [...] Por vezes, os danos causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Volta-se, agora, para as formulações das feministas de 2ª geração a partir da observação do androcentrismo estatal, pois foi nesse momento da história que as mulheres tomaram consciência do grau de complexidade das estruturas que formavam o patriarcado. Descobriram-se as conexões profundas, estruturais, que ligavam o capitalismo aos trabalhos não remunerados exercidos em suas casas, as subordinações que enfrentavam a partir do matrimônio, a segmentação generificada do mercado de trabalho e o controle absoluto da política pelos homens (FRASER, 2009, p. 19).

Além disso, tais reflexões permitiram às mulheres uma compreensão mais clara da dimensão e da profundidade dos trabalhos por elas realizados em seus lares: as tarefas ligadas à manutenção da vida em seu aspecto mais orgânico, preparar alimentos, manter a higiene da casa e das roupas que vestiam, servir aos filhos, genitores e esposos afetivamente e, em relação a esses últimos, sexualmente também. Por mais óbvio que possa parecer, esquece-se, às vezes, que todo ser humano, para sobreviver, ao menos de forma saudável, também precisa de carinho, de trocas físicas, de suporte psíquico, de atenção.

Por mais variadas que possam ser as formas de expressar afeto, todos precisamos desses cuidados. Eles falam da nossa vulnerabilidade, dos nossos corpos e mentes frágeis, da nossa necessidade de nos sentirmos bem quistos, lembrados, amados, importantes, ao menos para alguém (BENGOA, 2018, p. 47). Para um filho, não cabe esperar de uma mãe apenas comida na mesa, e o ministrar de remédios, espera-se ajuda na hora de fazer a tarefa, espera-se que ela acorde em plena noite para acalmá-los de um pesadelo, esperam-se brincadeiras que desenvolvam sua cognição, abraços e alentos após uma nota baixa, uma briga com os colegas, um susto muito grande.

Rememorando o filme inspirador deste trabalho, há uma cena bem demonstrativa do que é o cuidado afetivo com os filhos: Mariana, pouco tempo após ser abandonada pelo marido, no fim de um dia cansativo, que passou perambulando pelas ruas tentando vender, sem sucesso, suas empanadas, está deprimida e pensativa na janela de casa, quando é indagada pela filha Andrea, de seis anos: - “*Mamá, estás brava conmigo?*”; - “*No, por qué?*”; - “[...] *Porque no eres chistosa*”⁴. Ora, frustrada física e emocionalmente, precisando lidar, sozinha, com o encargo de trabalhar e cuidar dos filhos, sem recurso, incerta de que conseguirá prover-lhes a subsistência, Mariana precisa deixar de lado seus dilemas para seguir no papel de mãe divertida.

Além de cuidar dos filhos, as mulheres também são responsáveis pelos cuidados com os idosos e doentes da família. Quanto aos pais idosos, é preciso ajudá-los a andar, movê-los na cama, ajeitar o travesseiro, massagear os membros que doem, cuidar de suas feridas, asseá-los depois que fizerem suas necessidades fisiológicas, ou seja, uma série de cuidados específicos para os quais muitas não são preparadas, sequer têm força física para fazê-los. É preciso, quando lúcidos, escutá-los para que não se deprimam, ou, se afetados por *Alzheimer* ou alguma demência senil, lembrá-los de quem são. Quem cuidou de pais idosos e/ou enfermos sabe bem o peso dessa tarefa.

Sobre os esposos, não basta gerir, por eles, e sem eles, o complexo de atividades necessárias para fazer funcionar um domicílio e para que sobrevivam seus moradores, 365 dias ao ano. É preciso dar-lhes prazer. Quando se ouve a história de um homem que traiu a esposa, sempre surge a suspeita: “certamente, ela não estava mais lhe dando prazer”. Ela, sempre ela. Como perfeitamente ilustra a italiana Silvia Federici:

Sexo é trabalho para nós, é um dever. [...] Pelo fato de se esperar que proporcionemos uma libertação, inevitavelmente nos tornamos o objeto sobre o qual os homens descarregam sua violência reprimida. Somos estupidadas, tanto em nossa cama, quanto na

⁴ Tradução livre: - “Mãe, está brava comigo?”; - “Não, por quê?”; - “[...] Porque não é mais brincalhona”.

rua, precisamente porque fomos configuradas para ser as provedoras da satisfação sexual, as válvulas de escape para tudo o que dá errado na vida dos homens, e os homens têm sido sempre autorizados a voltar seu ódio contra nós se não estivermos a altura do papel, particularmente quando nos recusamos a executá-las (FEDERICI, 2019, p. 57).

No modelo tradicional de homem-provedor e mulher-dona-de-casa, há profundas razões econômicas pelas quais cabe às mulheres prover necessidades básicas e afetivas dos familiares. Recai sobre elas, também, um dever moral de fazê-lo, um dever afetivo. Esse complexo processo de tarefas, trabalhos e energias envolve a reprodução biológica e da força de trabalho, as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades. (BENGOA, 2018, p. 46).

Ainda que o modelo mãe-cuidadora e pai-provedor tenha sido e continue sendo verdadeiro para muitas famílias mundo afora, também é fato que, sendo a história dinâmica, a inserção da mulher no mercado de trabalho já vinha ocorrendo desde antes dos movimentos sociais de 1960 e 1970. Recorde-se que, no começo do século XX, a mulher, e em especial as meninas, somavam grande parte da força de trabalho nas indústrias, inclusive em países da América Latina, como Brasil, Chile e Argentina. Com as grandes guerras mundiais, mulheres viram-se obrigadas a assumir os negócios da família, e mesmo posições laborais antes restritas aos homens. A partir da década de 1960, as mulheres vão entrar cada vez mais no mercado de trabalho formal, em função das possibilidades de controle reprodutivo, do acesso a maior escolarização, da migração para os grandes centros urbanos, nos quais estão instaladas as grandes e pequenas indústrias. Isso arrefeceu a partir das medidas neoliberais que ganharam força a partir da década de 1980. O que queremos destacar aqui é que, mesmo com essa entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, as atividades de cuidados permaneceram sob sua responsabilidade, aumentando a sobrecarga diária.

A esse respeito, números não nos deixam mentir: no dia 08 de março de 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou o relatório “*A quantum leap for gender equality- for a better future of work for all*”⁵, demonstrando que o retrato das mulheres como as prestadoras de cuidado permanece rígido. O relatório, analisando o período compreendido entre 1997 e 2012, aponta que o tempo dedicado por mulheres aos trabalhos de reprodução social reduziu cerca de 15 (quinze) minutos, enquanto o tempo dedicado por homens à mesma função aumentou em apenas 08 (oito) minutos. Ainda, dessa vez com base em dados de 2018, demonstrou-se que, globalmente, mulheres respondem por mais que três quartos do tempo total de trabalho de cuidados que uma família demanda. Tendo como base uma jornada de trabalho de 08 horas, representa um total de 201 dias de trabalho de mulheres contra 63 dias para os homens.

Essa distribuição desigual do tempo para homens e para mulheres representa para elas, em primeira instância, um profundo desgaste físico e emocional, levando-as a renunciar ao autocuidado, seja ele estético, físico, espiritual, relacional, ou o que mais as faça saudáveis e felizes. Em segunda instância, isso as prejudica na reprodução de sua própria força de trabalho – “e as mulheres bem sabem a tirania dessa tarefa, pois um

⁵ Tradução livre: Um salto quantitativo para a igualdade de gênero – para um futuro melhor do trabalho para todos.

vestido bonito e um cabelo arrumado são condições para arranjar um emprego, tanto no mercado conjugal quanto no mercado de trabalho assalariado” (FEDERICI, 2019, p. 69).

Mulheres e especialmente mães vivem sob a suspeita de que a qualquer momento privilegiarão a vida doméstica em detrimento da vida profissional, e, por vezes, são obrigadas a fazê-lo. Mais uma vez aludindo ao filme “Entre Nós”, há determinada cena em que Mariana está quase sendo escolhida para a realização de um trabalho, mas a empregadora (uma outra mulher) acaba por dispensá-la, precisamente quando vê os filhos dela esperando do outro lado da rua.

Na era do neoliberalismo, inseridas num contexto em que o Estado dispensa tímidas, ou mesmo nenhuma estrutura de amparo social às mulheres, principalmente àquelas em situação de pobreza, como creches para seus filhos, residências terapêuticas dignas para os idosos e doentes de sua família, sobram-lhes, na maioria das vezes, trabalhos de meio-período e precários. No exemplo extremo do filme “Entre Nós”, o único labor que restou a Mariana foi o de catadora de lixo, pois conseguia levar os filhos consigo na busca por materiais recicláveis que valessem alguma coisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho não remunerado de cuidados realizados em nossas casas não é nada secundário, senão um dos pilares importantes sobre o qual se assenta o sistema político-econômico capitalista em que estamos inseridos. A partir daí, deve-se repensar a estrutura de nossa sociedade, num modelo segundo o qual a reprodução da vida, do bem-estar, do afeto, das relações interpessoais esteja no centro da busca pela sustentabilidade da vida, e não na busca inescrupulosa pelo lucro. Para Cristina Carrasco Bengoa:

O conceito de sustentabilidade da vida [...] considera que o objetivo é a vida (humana e não só humana apenas), permite de forma mais clara dar conta da relação profunda entre o econômico e o social, considera as múltiplas, interdependências e inter-relações com o ecológico, o econômico, o social, o humano, concebendo, como prioridade como objetivo fundamental, as condições de vida das pessoas, mulheres e homens e, explicitamente, é uma aposta para transformar as relações de poder capitalistas heteropatriarcais (BENGOA, 2018, p. 56/57).

Um projeto dessa magnitude impõe que haja uma profunda ressignificação e redimensionamento do papel do Estado. É preciso destruir a institucionalidade das opressões de classe, gênero e raça-etnia. Repensando o filme “Entre Nós”, a trajetória de Mariana poderia ter sido muito diferente não fossem as estruturas machistas, racistas e individualistas em que ela e nós estamos inseridas. Tivesse o esposo de Mariana se dedicado, tanto quanto ela, ao cuidado da casa e dos filhos, a mulher não precisaria ter catado lixo para sobreviver. Tivesse o Estado fornecido escolas em que ela pudesse matricular seus filhos, poderia ter encontrado um trabalho melhor. Fosse a ela garantido moradia, independentemente de sua nacionalidade, não teria que ter vivido nas ruas. Tivesse ela pleno controle sobre seu corpo e sua capacidade reprodutiva e o respaldo estatal sobre suas escolhas pessoais, não teria de pôr sua vida em risco ao fazer um aborto caseiro. Tanta coisa poderia ter sido e ainda pode ser diferente.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria B. Notas sobre o trabalho doméstico, reflexões feministas para a transformação social. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: v. 01 n. 0, p. 38-55, dez. 2007.
- BENGOA, Cristina. A Economia Feminista: Um Panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**. Campinas: v. 26, n.52, p. 31-68, ago./dez. 2018.
- CARRASCO, Cristina; Marius DOMINGUEZ. “Género y usos del tempo: Nuevos Enfoques Metodológicos”. **Revista Economía Crítica**. Mendoza: n. 01, p. 129-152, abr. 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 10, n. 01, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Cardoso. São Paulo: Boitempo, 2016. *E-book*.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**. Londrina: v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez.2009.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad.: Coletivo Sycorax – São Paulo: Elefante, 2019.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. IN: FERREIRA, Veronica et. Al. (Orgs). **O patriarcado desvendado, teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 65-100.
- IZQUIERDO, Maria José. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. Tradução livre. SOF. São Paulo: 1990.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In LOPES M. J. M., MEYER D. E WALDOW V. R. (Orgs.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LERNER, Gerda. *The creation of Patriarchy*. Nova Iorque/Oxford, Oxford University Press, 1986.
- LOURO, Guacyra L. Nas redes do conceito de gênero. In LOPES M. J. M., MEYER D. E WALDOW V. R. (Orgs.) **Gênero e Saúde**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. “**A quantum leap for gender equality – for a better future of work of all**”. Genova, 2019. Disponível em: < https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_674831/lang-en/index.htm > Acesso em: 29.01.2020.
- OROZCO, A. Perez. **Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Madrid, Traficantes de Sueños, 2014.
- PICCHIO, Antonella. “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social”. CARRASCO, C. (Org.). **Mujeres y Economía**. Barcelona: Icaria, 1999.
- RODRÍGUEZ-ENRÍQUEZ, C. Organización del cuidado y políticas de conciliación: una perspectiva económica. **Las Fronteras del cuidado: Agenda, derechos e infraestructura**, Pautassi L.; Carla Zibecchi (Orgs.), Buenos Aires: Editora Biblos, 2013.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. As origens do conceito de Gênero – **Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fund. Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

Contribuições das autoras

A redação, a organização do texto, as revisões foram feitas por ambas as partes.
